

# IDENTIFICAÇÃO DOS CENTROS DE GESTÃO DO TERRITÓRIO NO BRASIL\*

*Roberto Lobato Corrêa\*\**

---

## O TEMA

---

A gestão do território constitui o conjunto de práticas visando, no plano imediato, à criação e ao controle de uma dada organização espacial, isto é, as formas espaciais, suas funções e sua distribuição no espaço. Visa também ao controle dos processos que afetam a organização espacial, entre eles a concentração e a dispersão das atividades no espaço. Em última instância a gestão do território, uma faceta da gestão econômica, política e social, constitui um poderoso meio através do qual se viabiliza a reprodução da sociedade como um todo (Corrêa, 1992).

Como fato social a gestão do território é caracterizada por uma historicidade definida a cada momento por agentes e práticas distintas. Na fase atual do capitalismo as grandes corporações multifuncionais e multilocalizadas e o Estado são, efetivamente, os principais agentes da gestão do território.

O centro de gestão do território, por outro lado, é aquela cidade onde se localizam, de

um lado, os diversos órgãos do Estado e, de outro, as sedes de empresas cujas decisões afetam direta ou indiretamente um dado espaço que passa a ficar sob o controle da cidade através das empresas nelas sediadas. Ressalte-se que a concentração dos órgãos do Estado e de sedes de empresas em uma mesma cidade não é incomum.

Como foco político-administrativo, a magnitude de um centro é dada pelo número e nível hierárquico dos órgãos estatais nele situados, pela importância do Estado na vida nacional e pela dimensão e riqueza do território sob sua jurisdição. Enquanto ponto focal de sedes de empresas admite-se que, quanto maior é o seu número, maior é a dimensão dessas empresas, medida pelo montante de produção e pelo número de pessoas empregadas, e, quanto maior e mais rico o espaço sob controle delas, maior será a magnitude do centro de gestão. Estas correlações já foram evidenciadas por diversos autores como Pred(1974), Borchert(1978) e Goodwir (1965) para os Estados Unidos, Strickland e Aiken (1984) para a Alemanha e Corrêa (1968) e Cordeiro (1987), entre outros, para o Brasil.

---

\* Recebido para publicação em 20 de outubro de 1994.

\*\* Professor Visitante do Departamento de Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ. A presente pesquisa foi realizada no âmbito do LAGET (Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE/UFRJ), tendo sido financiada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq.

O presente estudo considera os centros de gestão do território enquanto locais de concentração de sedes sociais de empresas. Neste sentido um dos modos de se identificar e qualificar tais centros consiste em considerar a distribuição espacial de unidades financeira e administrativamente dependentes de empresas neles sediadas. O número de estabelecimentos industriais, comerciais e de serviços, a diversificação das atividades controladas e o número de pessoas empregadas são variáveis úteis para tal identificação e qualificação.

Objetivando identificar e qualificar os centros de gestão do território no Brasil considera-se o conceito de assalariado externo como base para o propósito acima especificado. Por assalariado externo compreende-se, segundo Fillâtre comentado por Rochefort e Hautreux (1963), aquele empregado que trabalha em estabelecimento (fábrica, loja, agência bancária, etc.) pertencente a uma empresa cuja sede se localiza em outro lugar que não o do estabelecimento. Assim, os empregados da fábrica de cigarros da Companhia de Cigarros Souza Cruz localizada em Uberlândia, Minas Gerais, são assalariados externos da metrópole carioca, onde se localiza a sede da referida empresa.

A importância do conceito em tela reside no fato dele indicar o controle que um dado centro exerce sobre a vida econômica, política e social de um determinado lugar, afetando o nível de empregos diretos e indiretos, a renda e os impostos. Mais do que isto, quando acompanhado da descrição das atividades em que estão empregados, constitui em dado capaz de indicar a inserção de cada lugar na divisão territorial do trabalho da empresa e do País, região ou em âmbito internacional.

O controle exercido pelo centro de gestão do território resulta tanto da criação pela empresa nele sediada de atividades em outros lugares, como da absorção de empresas ou unidades pertencentes a empresas concorrentes. Criação e absorção que se inserem no processo de expansão marcado seja pela concentração horizontal, seja pela concentração vertical ou integração, seja ainda por ambas e pela diversificação (Corrêa 1991). Esta expansão, por sua vez, deriva de necessidades intrínsecas à empresa (e ao sistema capitalista) e vincula-se à necessi-

dade de novas localizações caracterizadas pelo acesso e controle das matérias-primas, fontes de energia, mercado consumidor, força de trabalho mais barata e politicamente menos ativa.

Sobre o assunto em questão, os argumentos de Palloix(1978) são extremamente esclarecedores: subjacente àquelas necessidades locacionais está a tentativa de superação da tendência de taxas de lucro decrescentes. A difusão espacial das atividades através da criação e absorção de unidades pode cumprir esse papel, ao mesmo tempo em que confere às cidades-sedes a função mais explícita de centro de gestão do território.

O número de assalariados externos segundo os lugares e as atividades permite, por outro lado, qualificar os centros de gestão do território. Assim, se um centro controla 60 000 assalariados externos distribuídos em 80 lugares e em 12 atividades distintas, e outro controla apenas 18 000 distribuídos em 20 lugares e em apenas cinco atividades, então o primeiro será maior e mais complexo que o segundo.

O presente estudo procura então identificar e qualificar os centros de gestão do território no Brasil a partir do número de assalariados externos controlados, sua localização e as atividades a que estão vinculados.

---

## OS DADOS: NATUREZA E LIMITES

---

A fonte de dados é o Censo Industrial de 1985, em relação ao qual uma tabulação especial foi solicitada contendo as seguintes informações:

- 1) localização (município) de cada estabelecimento industrial cuja sede da empresa que o controla estivesse em outro município;
- 2) localização (município) da rede da empresa dos referidos estabelecimentos;
- 3) gênero de indústria dos estabelecimentos acima selecionados;
- 4) nome da empresa que controla cada um dos estabelecimentos em questão; e
- 5) número de pessoas ocupadas em cada um dos estabelecimentos em pauta (assalariados externos).

O fato de se considerarem os assalariados externos industriais merece um comentário. São eles capazes de colocar em evidência o controle da atividade produtiva pelas cidades brasileiras, pois se referem não apenas à produção de bens de produção como o aço e certos produtos químicos, como também à produção de bens intermediários e bens de consumo durável e não-durável. Deste modo os dados são capazes de indicar o papel que cada centro industrial cumpre na divisão territorial do trabalho no País. Os dados referem-se, por outro lado, ao beneficiamento de produtos da agropecuária e da extração vegetal e mineral, assim como à transformação de produtos da silvicultura. Deste modo dizem respeito a uma complexa gama de atividades, envolvendo o processo produtivo na cidade e no campo e, em relação a ele, o papel de gestão que as cidades brasileiras desempenham.

Os dados utilizados merecem ainda outros comentários, pois eles implicam limites aos resultados obtidos. Os comentários que se seguem vinculam-se ao conceito de estabelecimento industrial adotado pelo Censo, à definição dos gêneros industriais e à adoção da empresa como unidade organizacional e jurídica.

O Censo Industrial de 1985, assim como os anteriores, não considera o estabelecimento industrial, unidade de levantamento das informações, como o local onde a produção é realizada, local que é identificado por um mesmo endereço. No mesmo endereço podem existir dois ou mais estabelecimentos industriais. Uma fábrica, usina ou mina identificada por um único endereço, é denominado de *unidade local*. O *estabelecimento industrial* é considerado uma *unidade de operação*, na qual são realizadas atividades industriais que apresentem os mesmos processos físico-químicos. Isto significa que em uma mesma unidade local podem ser encontrados mais de um estabelecimento industrial, ainda que haja, como regra geral, uma coincidência entre unidade local e estabelecimento industrial (classificação de atividades e produtos, matérias-primas e serviços industriais, 1988).

Vejamos um exemplo hipotético. Uma fábrica têxtil localizada em um único en-

dereço constitui uma unidade local. Se ela possuir, além de suas seções de fiação e tecelagem, uma de manutenção das máquinas (gênero mecânica), na qual os processos físico-químicos são distintos daqueles da produção têxtil, terá essa unidade local, além de alguns possíveis estabelecimentos classificados como do gênero têxtil, um do gênero mecânica.

A implicação decorrente é que o número de estabelecimentos controlados por uma dada empresa tende a ser ampliado. Assim, à guisa de exemplo, a fábrica têxtil do Cottonifício Gávea Ltda. Localizada em Teresópolis, está dividida em seis estabelecimentos, cinco do gênero têxtil e um do gênero mecânica. É por esta razão que o número de estabelecimentos controlados não foi considerado como indicador da magnitude dos centros de gestão do território.

Convém ressaltar, por outro lado, que o Censo Industrial de 1985 considera como estabelecimentos industriais as unidades em que são realizadas atividades não-industriais, porém diretamente vinculadas à produção como os almoxarifados, depósitos, escritórios de venda e as unidades de produção de energia da empresa. Neste caso a unidade foi classificada como de energia elétrica autoproduzida, enquanto as demais unidades foram classificadas de acordo com o gênero industrial do estabelecimento a que estavam vinculadas.

A implicação da inclusão dessas unidades, geralmente possuidoras de um pequeno número de empregados, é que se evidencia a magnitude da rede de localizações e interações das grandes empresas. Neste sentido não se trata de uma limitação, mas de uma vantagem.

Em relação aos gêneros de indústria há alguns problemas resultantes de sua definição pelo Censo. O mais significativo diz respeito ao gênero mecânica que parece ter ampliado muito o número de seus empregados. Isto se deve em razão de serem encontradas seções de manutenção em fábricas têxteis, usinas de açúcar, minas e usinas metalúrgicas, entre outras. Se as atividades de manutenção de máquinas não fossem consideradas, o número de empregados (e assalariados externos) do gênero

mecânica seria certamente menor, assim como o número de estabelecimentos. Neste sentido, o número de assalariados externos segundo os gêneros industriais constitui uma aproximação.

Uma outra limitação refere-se ao fato de ter sido considerada a empresa como unidade organizacional e jurídica, com razão social e identificação próprias no Cadastro Geral de Contribuintes. Não são consideradas como unidades, os grupos econômicos ou corporações constituídos por uma empresa *holding* e suas empresas "controladas" (50% ou mais das ações nas mãos da *holding*) e "coligadas" (menos de 50%), empresas que, embora possuam razões sociais próprias, são dependentes das respectivas *holdings* tanto em termos financeiros como decisoriais.

Vejamos um exemplo. A Companhia Souza Cruz Indústria e Comércio, *holding* do grupo Souza Cruz e com sede na cidade do Rio de Janeiro, detinha o controle acionário da Indústria Alimentícia Maguary S.A. com sede em Recife. Os assalariados externos desta última são, de acordo com o Censo Industrial, considerados como vinculados a Recife e não à metrópole carioca. No caso em questão, a capital pernambucana, em razão de uma definição formal de controle, amplia o número de seus assalariados externos.

A limitação em pauta implica o fato de que o número de assalariados externos controlados por um dado centro de gestão do território constitui uma aproximação. Dada a concentração do capital nas grandes metrópoles, sobretudo em São Paulo, acredita-se que o número de assalariados externos dos maiores centros de gestão esteja subestimado, enquanto o dos centros menores superestimado.

Se o papel das grandes metrópoles como São Paulo e Rio de Janeiro parece estar subestimado, é necessário considerar que muitos dos seus assalariados externos são empregados de grandes corporações multinacionais que possuem *sedes regionais* nos grandes centros metropolitanos. Assim, os assalariados externos da SANBRA, Gessy Lever e Nestlé, entre outras, que são contabilizados para a metrópole paulista, são, em realidade, assalariados externos de centros

metropolitanos localizados fora do Brasil. Neste sentido, o papel dos grandes centros de gestão do território apresenta-se, em realidade, superestimado.

Esta limitação sugere que nos estudos sobre os centros de gestão do território considerem-se os grupos econômicos como unidades organizacionais e não as empresas. Mas esta solução parece ser possível apenas para estudos de casos como o realizado por Corrêa(1991) sobre o grupo Souza Cruz.

As limitações derivadas dos conceitos de estabelecimento e gêneros industriais e da adoção da empresa como unidade organizacional e jurídica, contudo, não inviabilizam os resultados da presente pesquisa: apenas indicam alguns de seus limites.

---

## OS RESULTADOS

---

Os resultados aqui apresentados são preliminares. Dizem respeito a: a) identificação dos centros de gestão do território; b) uma breve comparação entre as duas grandes metrópoles brasileiras, São Paulo e Rio de Janeiro; c) uma comparação entre as metrópoles regionais; e d) uma classificação dos centros de gestão no que se refere à diversificação-especialização das atividades que controlam.

Os resultados, adicionalmente, não consideram a atuação espacial dos centros de gestão senão ao nível de Unidades da Federação, um nível espacial muito agregado.

### a) Magnitude e Distribuição Espacial dos Centros de Gestão do Território

Em 1985 foram identificados 77 centros que controlavam pelo menos 1 000 assalariados externos. A Tabela 1 indica cada um desses centros, enquanto a Tabela 2, o número desses centros de acordo com seis classes de tamanho e segundo as cinco macrorregiões do Brasil.

TABELA 1

**NÚMERO DE ASSALARIADOS EXTERNOS CONTROLADOS PELOS PRINCIPAIS  
CENTROS DE GESTÃO DO TERRITÓRIO - 1985**

CENTRO DE GESTÃO	NÚMERO DE ASSALARIADOS EXTERNOS	CENTRO DE GESTÃO	NÚMERO DE ASSALARIADOS EXTERNOS
		39. Petrópolis (RJ)	2 774
1. São Paulo (SP)	449 641	40. Novo Hamburgo (RS)	2 653
2. Rio de Janeiro (RJ)	183 379	41. Jaraguá do Sul (SC)	2 648
3. Belo Horizonte (MG)	58 473	42. Joinville (SC)	2 638
4. Porto Alegre (RS)	36 457	43. Simões Filho (BA)	2 371
5. São Bernardo do Campo (SP)	22 834	44. Poços de Caldas (MG)	2 316
6. Maceió (AL)	16 397	45. Goiânia (GO)	2 302
7. Salvador (BA)	16 214	46. Feira de Santana (BA)	2 295
8. Recife (PE)	15 424	47. Americana (SP)	2 212
9. Curitiba (PR)	15 322	48. São Leopoldo (RS)	2 144
10. São Caetano do Sul (SP)	14 586	49. Matão (SP)	2 023
11. Barueri (SP)	12 788	50. Rio Grande (RS)	1 999
12. Sapiroanga (RS)	12 054	51. Volta Redonda (RJ)	1 912
13. Campinas (SP)	9 889	52. Campo Largo (PR)	1 906
14. Sorocaba (SP)	8 863	53. Lajeado (RS)	1 905
15. Fortaleza (CE)	8 763	54. Diadema (SP)	1 843
16. Osasco (SP)	8 423	55. João Pessoa (PB)	1 822
17. Blumenau (SC)	8 297	56. Ribeirão Preto (SP)	1 656
18. Manaus (AM)	7 868	57. Chapecó (SP)	1 608
19. Vitória (ES)	7 690	58. Piracicaba (SP)	1 429
20. Belém (PA)	6 799	59. São João de Meriti (RJ)	1 361
21. Santo André (SP)	6 739	60. Itaúna (MG)	1 314
22. Caxias do Sul (RS)	6 617	61. Pratápolis (MG)	1 310
23. Aracaju (SE)	6 093	62. Bento Gonçalves (RS)	1 280
24. Sabará (MG)	5 953	63. Pelotas (RS)	1 273
25. Natal (RN)	5 527	64. Pojuca (BA)	1 265
26. Jundiá (SP)	5 395	65. Botucatu (SP)	1 262
27. Montes Claros (MG)	5 369	66. São José dos Pinhais (PR)	1 255
28. Criciúma (SC)	5 312	67. Santos (SP)	1 246
29. Campo Bom (RS)	4 877	68. Caçador (SC)	1 197
30. Guarulhos (SP)	4 604	69. Lages (SC)	1 106
31. São José dos Campos (SP)	4 417	70. Teutônia (RS)	1 106
32. Camaçari (BA)	4 180	71. Niterói (RJ)	1 099
33. Brasília (DF)	3 830	72. União da Vitória (PR)	1 091
34. Videira (SC)	3 652	73. Campos (RJ)	1 081
35. Gaspar (SC)	3 475	74. Petrolina (PE)	1 065
36. Ponta Grossa (PR)	3 169	75. Sumaré (SP)	1 063
37. Contagem (MG)	2 971	76. Salto (SP)	1 035
38. Lençóis Paulista (SP)	2 855	77. Montenegro (RS)	1 025

TABELA 2

**NÚMERO DE CENTROS DE GESTÃO DO TERRITÓRIO, POR CLASSE DE TAMANHO RELATIVAS AO NÚMERO DE ASSALARIADOS EXTERNOS CONTROLADOS, SEGUNDO AS MACRORREGIÕES - 1985**

MACROR- REGIÕES	NÚMERO DE CENTROS, POR CLASSE DE TAMANHO DE ASSALARIADOS EXTERNO							
	Total	De 1 000 a 1 999	De 2 000 a 4 999	De 5 000 a 9 999	De 10 000 a 24 999	De 25 000 a 60 000	De 100 000 a 200 000	De 400 000 a 500 000
<b>Brasil</b>	<b>77</b>	<b>28</b>	<b>21</b>	<b>16</b>	<b>8</b>	<b>2</b>	<b>1</b>	<b>1</b>
Norte	2	-	-	2	-	-	-	-
Nordeste	12	3	3	3	3	-	-	-
Sudeste	35	13	8	8	3	1	1	1
Sul	26	12	8	3	2	1	-	-
Centro-Oeste	2	-	2	-	-	-	-	-

FONTES - IBGE, Censo Industrial, 1985.

A análise das referidas tabelas coloca em evidência alguns aspectos a seguir comentados:

1) A metrópole de São Paulo sobressai nitidamente como o principal centro de gestão do território, controlando cerca de 450 000 assalariados externos. É assim 2,45 vezes maior que a metrópole carioca que controla pouco mais de 180 000 assalariados externos. Ressalte-se que na pesquisa realizada por Corrêa (1968) com dados relativos a 1962, em que pese o fato de terem sido considerados apenas os estabelecimentos industriais com cinco ou mais empregados, a diferença a favor de São Paulo era menor: com 133 289 assalariados externos, a metrópole paulista era 1,34 vezes maior que o Rio de Janeiro que controlava 99 013 assalariados externos. A primazia paulistana é assim ampliadamente ratificada.

2) Belo Horizonte e Porto Alegre situam-se, respectivamente, em 3º e 4º lugar. As outras metrópoles regionais - Manaus, Belém, Fortaleza, Recife, Salvador, Goiânia e Curitiba - contudo, não ocupam posições que vão do 5º ao 11º lugar. Há vários centros não-metropolitanos que ocupam posições mais importantes que pelo menos

uma das metrópoles regionais acima indicadas.

Alguns desses centros são capitais estaduais como Maceió e Vitória, outros são capitais regionais dotadas de importante atividade industrial, como se exemplifica com Blumenau e Sorocaba, enquanto Campinas constitui uma emergente metrópole. Muitos centros são, contudo, núcleos que fazem parte de regiões metropolitanas como a de São Paulo (São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul, Barueri, Osasco e Santo André, entre outros) e Porto Alegre, exemplificada por Sapiranga.

3) É significativo o número de centros de gestão do território que são núcleos integrantes da Região Metropolitana de São Paulo, alguns controlando mais de 10 000 assalariados externos. No conjunto controlam mais de 60 000 assalariados externos, mais do que Belo Horizonte, situada em 3º lugar, controla.

Duas possibilidades emergem explicando a magnitude desses centros que também cumprem papéis de subúrbios industriais. Ou foram capazes, a partir de um empresário local, de criar importantes empresas que se expandiram econômica e espacial-

mente, ou a importância deles deriva de um processo de descentralização de redes de empresas que se localizavam anteriormente na cidade de São Paulo. Comprovada esta segunda possibilidade, então pode-se falar de um processo de descentralização da função de direção e controle da cidade central para os núcleos de sua região metropolitana.

Núcleos integrantes de regiões metropolitanas que se destacam como centros de gestão do território localizam-se em torno de Porto Alegre (Sapiranga, Campo Bom, Novo Hamburgo e São Leopoldo), Salvador (Camaçari e Simões Filho), Belo Horizonte (Sabará e Contagem), Curitiba (Campo Largo e São José dos Pinhais) e Rio de Janeiro (São João de Meriti e Niterói).

Ressalte-se que a pequena expressão dos núcleos da Região Metropolitana do Rio de Janeiro é indicadora da existência de uma região metropolitana, a segunda em tamanho demográfico e econômico, em que o processo de descentralização a partir de uma cidade central é muito limitado. Assim, subúrbios dotados de importante função industrial como Nova Iguaçu e Duque de Caxias não figuram entre os 77 maiores centros de gestão do território. Ressalte-se ainda que o mesmo se pode dizer em relação às Regiões Metropolitanas de Recife, Fortaleza, Belém, Manaus e Goiânia.

4) A Região Sudeste aparece como a principal área concentradora de centros de gestão do território. Aí estão localizados 35 dos 77 centros identificados, entre eles os três maiores. O Sudeste possui centros em todas as classes de tamanho, os menores representando 21 em 35 centros.

Ressalte-se o fato de que nas proximidades da metrópole paulista há um importante conjunto de centros de gestão do território, alguns dos quais de expressiva magnitude: Campinas, Sorocaba, Jundiaí, São José dos Campos, Americana, Piracicaba e Santos. Juntamente com os subúrbios paulistanos, o conjunto de centros em torno de São Paulo constitui poderoso foco de gestão do território. Pode-se falar em *metrópole ampliada*, composta de centros em torno da cidade de São Paulo.

A concentração de centros de gestão em torno de São Paulo revela uma desigual dis-

tribuição espacial desses centros no Sudeste. Em torno das metrópoles carioca e mineira localizam-se dois conjuntos menores de centros de gestão do território, abrangendo oito centros. Além destas duas concentrações há uma relativa dispersão de centros que desempenham adicionalmente funções de capital regional ou de centro sub-metropolitano (Campos, Montes Claros, Poços de Caldas, Ribeirão Preto e Vitória), industriais, a exemplo de Volta Redonda, ou combinam a indústria com funções centrais menos importantes (Pratápolis, Matão, Lençóis Paulista e Botucatu).

Visando a evidenciar mais ainda a desigual distribuição dos centros de gestão do território, considere-se o oeste paulista. Nesta região, tais centros são quase inexistentes. As prósperas capitais regionais de São José do Rio Preto, Bauru, Araçatuba, Marília e Presidente Prudente não se destacam como centros de controle e decisão de atividades industriais, sendo neste aspecto superadas por cidades dotadas de menor centralidade como Americana, Salto e Matão.

Em realidade há uma clara associação entre a função de gestão de atividades e a função industrial, que em sua espacialidade ocorre na região urbano-industrial que da metrópole paulista estende-se, através de Campinas, a Ribeirão Preto (Luma e Corrêa, 1977).

5) A Região Sul aparece em 2º lugar apresentando 26 centros de gestão do território. As metrópoles regionais, Porto Alegre e Curitiba, sobressaem dos demais centros, a elas agregando-se alguns núcleos integrantes de suas respectivas regiões metropolitanas. Seguem-se centros que, além de expressiva centralidade, são focos de importante atividade industrial que apresentaram um significativo espraiamento espacial: Blumenau, Caxias do Sul e Criciúma, todos controlando entre 5 000 e 10 000 assalariados externos.

Diferentemente da Região Sudeste os pequenos centros de gestão, que controlam até 4 999 assalariados externos, são relativamente mais numerosos na Região Sul: 20 em 26, contra 21 em 35 no Sudeste. Trata-se de um expressivo conjunto de pequenas e médias cidades, em que o processo de

desenvolvimento industrial extrapolou para fora da cidade, criando estabelecimentos controlados por elas. Videira, Gaspar, Ponta Grossa, Jaraguá do Sul, Joinville, Rio Grande, Chapecó e Bento Gonçalves são alguns dos exemplos.

Na Região Nordeste estão 12 dos 77 centros de gestão do território que foram selecionados. Os três maiores são Maceió, Salvador e Recife, seguindo-se Fortaleza, Aracaju e Natal. O número de centros menores, com até 4 999 assalariados externos é igual ao dos centros maiores, apenas seis. Dentre estes dois estão na Região Metropolitana de Salvador, reforçando a importância da capital baiana como o mais importante centro de gestão do território no Nordeste. Próximo a Salvador, estão Feira de Santana e Pojuca, como a indicar a formação de uma relativamente expressiva área de comando de atividades industriais.

As Regiões Norte e Centro-Oeste, finalmente, apresentam apenas quatro centros de gestão do território, Manaus e Belém, na primeira, e Brasília e Goiânia na segunda.

São as maiores cidades das duas regiões e, à exceção de Brasília, são as metrópoles regionais.

Uma constatação se impõe. Quanto maior o número de centros de gestão do território em uma dada região, menos importante em termos relativos é o peso da metrópole regional. Inversamente, quanto menor o número de centros de gestão do território, mais importante é o papel da metrópole regional, efetivamente uma metrópole primaz.

## b) São Paulo e Rio de Janeiro: uma Comparação

Os dois maiores centros de gestão do território e, conseqüentemente, de acumulação capitalista, diferenciam-se não apenas em termos de número de assalariados externos controlados, como também no que se refere aos gêneros industriais que controlam e à atuação espacial. As Tabelas 3 e 4 descrevem, respectivamente, as duas características diferenciadoras indicadas.

TABELA 3

**COMPARAÇÃO DA ATUAÇÃO DE SÃO PAULO E RIO DE JANEIRO COMO CENTROS DE GESTÃO DO TERRITÓRIO, MEDIDA PELO NÚMERO DE ASSALARIADOS EXTERNOS CONTROLADOS, SEGUNDO OS GÊNEROS INDUSTRIAIS - 1985**

(continua)

GÊNEROS INDUSTRIAIS	NÚMERO DE ASSALARIADOS EXTERNOS CONTROLADOS	
	São Paulo	Rio de Janeiro
<b>Total</b>	<b>449 641</b>	<b>183 379</b>
Produtos alimentares	69 411	10 598
Mecânica	46 548	21 974
Química	48 242	24 992
Metalúrgica	47 972	15 085
Material elétrico e de comunicações	42 697	3 273
Têxtil	34 701	12 965
Minerais não-metálicos	23 395	6 444
Material de transporte	23 259	19 831
Vestuário, calçados e artefatos de tecido	19 478	2 993
Papel e papelão	17 989	1 570
Borracha	11 601	266



TABELA 3

**COMPARAÇÃO DA ATUAÇÃO DE SÃO PAULO E RIO DE JANEIRO COMO CENTROS DE GESTÃO DO TERRITÓRIO, MEDIDA PELO NÚMERO DE ASSALARIADOS EXTERNOS CONTROLADOS, SEGUNDO OS GÊNEROS INDUSTRIAIS - 1985**

(conclusão)

GÊNEROS INDUSTRIAIS	NÚMERO DE ASSALARIADOS EXTERNOS CONTROLADOS	
	São Paulo	Rio de Janeiro
Diversos	11 258	2 077
Produtos de matérias plásticas	8 811	1 134
Extrativa mineral	8 130	32 877
Produtos farmacêuticos e veterinários	7 148	1 979
Editorial e gráfica	6 128	1 573
Mobiliário	5 802	105
Perfumaria, sabões e velas	5 245	496
Madeiras	4 346	1 393
Bebidas	2 286	7 888
Couros, peles e artefatos	1 033	13
Energia elétrica autoproduzida	621	266
Fumo	540	13 487

FONTE - IBGE, Censo Industrial, 1985.

TABELA 4

**ATUAÇÃO ESPACIAL DE SÃO PAULO E RIO DE JANEIRO COMO CENTROS DE GESTÃO DO TERRITÓRIO, MEDIDA PELO NÚMERO DE ASSALARIADOS EXTERNOS CONTROLADOS - 1985**

UNIDADES DA FEDERAÇÃO	ASSALARIADOS EXTERNOS CONTROLADOS			
	São Paulo		Rio de Janeiro	
	Absoluto	Relativo (%)	Absoluto	Relativo (%)
<b>Total</b>	<b>449 641</b>	<b>100,00</b>	<b>183 379</b>	<b>100,00</b>
São Paulo	317 216	70,80	36 605	20,00
Rio de Janeiro	27 895	6,20	56 856	31,20
Minas Gerais	25 458	5,60	38 129	20,80
Paraná	25 684	5,70	7 056	3,80
Rio Grande do Sul	23 267	5,10	8 799	4,70
Outras	30 121	6,60	35 934	19,50

FONTE - IBGE, Censo Industrial, 1985.

A metrópole paulista é, como já se referiu, 2,45 vezes maior que o Rio de Janeiro. Esta diferença, contudo, amplia-se quando se consideram os gêneros industriais, sendo pouco numerosos aqueles em que a metrópole carioca controla um número supe-

rior de assalariados externos. De fato, dos 23 gêneros industriais a metrópole paulista é numericamente mais importante que o Rio de Janeiro em 20 gêneros. Destes, apenas quatro são mais importantes até 2,45 vezes (mecânica, química, material de transporte e

energia elétrica autoproduzida). Em outros termos, a despeito da importância das empresas vinculadas ao petróleo e seus derivados (PETROBRÁS S.A.) e à construção naval (diversos estaleiros), que possuem suas sedes sociais na metrópole carioca, a capital paulista supera a antiga capital federal no que diz respeito aos assalariados dos referidos gêneros.

Maior que o Rio de Janeiro entre 2,46 e 4,90 vezes estão os gêneros metalúrgica, têxtil, transformação de produtos minerais não-metálicos, madeira, produtos farmacêuticos e editorial e gráfica. Neste grupo estão as indústrias metalúrgicas em relação às quais o Rio de Janeiro sedia importantes empresas como a Companhia Siderúrgica Nacional. Também a indústria têxtil, tradicional atividade da metrópole carioca que controla numerosos estabelecimentos externamente localizados, é superada por São Paulo, neste caso em 2,67 vezes.

São 10 os gêneros em que São Paulo supera 4,91 vezes ou mais a metrópole carioca, entre eles situando-se tanto indústrias "tradicionais" como a de produtos alimentares e de vestuário, calçados e artefatos de tecido, como indústrias "modernas" como a de material elétrico e de comunicações e produtos de matérias plásticas.

A metrópole carioca somente supera São Paulo em três gêneros, os quais estão associados a grandes empresas que dominam os respectivos setores ou que apresentam forte grau de competição com a metrópole paulistana. São os gêneros vinculados à mineração, na qual sobressai a Companhia Vale do Rio Doce, ao fumo, no qual a Cia. de Cigarros Souza Cruz tem um virtual monopólio e à produção de bebidas na qual a Cervejaria Brahma tem papel de destaque, competindo com outra poderosa indústria paulistana.

Quando se compara a metrópole de São Paulo com a do Rio de Janeiro no que se refere à atuação espacial, constata-se que a segunda tem uma atuação relativamente mais dispersa que a da capital paulista, conforme se pode evidenciar ao se consultar a Tabela 4. A metrópole paulista possui 70,8% de seus assalariados externos localizados no Estado de São Paulo. Este fato merece um comentário. A concentração da atuação

de São Paulo no próprio Estado - o que não é incomum entre as metrópoles brasileiras - pode ser vista como o resultado de um processo no qual a capital paulista primeiramente criou e passou a controlar-a sua hinterlândia próxima e, a seguir, extravasou para o restante do País. Esta é, possivelmente, uma hipótese que deve ser verificada. Mas a atuação paulistana é também, no plano regional, fortemente concentrada. É o Centro-Sul do País onde estão, a seguir, os seus assalariados externos: Rio de Janeiro, Paraná, Minas Gerais e Rio Grande do Sul. Apenas 6,6% localizam-se nas demais unidades da federação, indicando como estas pouco representam como áreas de investimento de capitais e, conseqüentemente, de geração de lucros.

A metrópole carioca, ao contrário, apresenta uma atuação que em seu próprio Estado é muito mais reduzida: apenas 31,2%. Seguem-se os Estados de Minas Gerais e São Paulo. A sua atuação se faz também majoritariamente na Região Centro-Sul. Contudo, a sua atuação nos outros Estados é mais expressiva que aquela da metrópole paulista: 19,5% de seus assalariados externos estão localizados nesses Estados.

Verifica-se assim que a metrópole carioca é muito mais, sob esse prisma, uma metrópole de atuação nacional do que regional. Sua atuação se faz em todo o País, assim como ocorre com São Paulo mas, diferentemente desta, não apresenta a magnitude que a metrópole paulista dispõe em sua hinterlândia regional. Este tema deve merecer investigação mais acurada, tanto em termos empíricos como também apoiado em uma base teórica.

### **c) As Metrôpoles Regionais: uma Comparação**

O Quadro 1 permite que se estabeleça uma comparação preliminar entre as metrópoles regionais do País. Estas, em número de nove, foram identificadas pelo estudo realizado pelo IBGE sobre as regiões de influência das cidades (Corrêa, 1987). No Quadro em pauta são indicados o número de assalariados externos controlados por cada uma delas, os principais gêneros industriais controlados e as respectivas atuações no espaço brasileiro.

## QUADRO 1

**COMPARAÇÃO DAS METRÓPOLES REGIONAIS COMO CENTROS DE GESTÃO DO TERRITÓRIO, A PARTIR DO NÚMERO DE ASSALARIADOS EXTERNOS, PRINCIPAIS GÊNEROS INDUSTRIAIS E DE ATUAÇÃO ESPACIAL - 1985**

METRÓPOLE REGIONAL	NÚMERO DE ASSALARIADOS CONTROLADOS	PRINCIPAIS GÊNEROS INDUSTRIAIS	ATUAÇÃO ESPACIAL SEGUNDO AS UNIDADES DA FEDERAÇÃO
BELO HORIZONTE	58 473	Metalurgia - 39.2 Mecânica - 20.4 Têxtil - 15.9 Extrativa Mineral - 7.6 Produtos alimentares - 5.4	Minas Gerais - 90.2 São Paulo - 3.4 Espírito Santo - 2.9
PORTO ALEGRE	36 457	Produtos alimentares - 21.3 Metalurgia - 14.6 Mecânica - 11.1 Química - 9.8 Material de transporte - 8.3 Madeira - 7.8 Extrativa mineral - 5.2	Rio Grande do Sul - 66.2 São Paulo - 10.5 Rio de Janeiro - 8.8 Santa Catarina - 6.3 Paraná - 5.6
SALVADOR	16 214	Produtos alimentares - 23.6 Fumo - 19.1 Química - 12.1 Bebidas - 10.9 Têxtil - 7.0 Metalurgia - 6.7 Extrativa mineral - 5.2	Bahia - 81.1 Alagoas - 7.4 Pernambuco - 5.8
RECIFE	15 424	Produtos alimentares - 57.4 Têxtil - 11.4 Mecânica - 7.5 Minerais não-metálicos - 6.3	Pernambuco - 66.5 São Paulo - 7.3 Ceará - 5.7 Minas Gerais - 4.7
CURITIBA	15 322	Madeira - 36.2 Papel e papelão - 16.0 Produtos alimentares - 11.1 Minerais não-metálicos - 6.3	Paraná - 54.8 Santa Catarina - 21.9 São Paulo - 9.0 Rio Grande do Sul - 6.3
FORTALEZA	8 763	Produtos alimentares - 46.0 Bebidas - 19.6 Vestuário/calçados - 8.4 Mecânica - 6.5 Minerais não-metálicos - 6.5 Produtos matérias plásticas - 5.4	Ceará - 56.5 São Paulo - 7.3 Pará - 5.7 Paraíba - 5.5 Rio de Janeiro - 4.9 Pernambuco - 3.6
MANAUS	7 868	Extrativa mineral - 52.2 Material elétrico e de comunicações - 15.0 Diversos - 11.6 Têxtil - 7.8	Amazonas - 41.9 São Paulo - 32.4 Pará - 15.5
BELÉM	6 799	Produtos alimentares - 26.1 Madeira - 23.0 Extrativa mineral - 17.2 Perfumaria/sabões - 11.7 Minerais não-metálicos - 8.0 Mecânica - 6.3	Pará - 81.5 São Paulo - 9.7 Rio de Janeiro - 3.9
GOIÂNIA	2 302	Produtos alimentares - 66.0 Editorial/gráfica - 19.6 Minerais não-metálicos - 7.9	Distrito Federal - 35.1 Goiás - 34.2 São Paulo - 27.8

Em relação ao tamanho dos mencionados centros metropolitanos Belo Horizonte e Porto Alegre destacam-se nitidamente dos demais, controlando, respectivamente 58 473 e 36 457 assalariados externos. Segue-se um grupo, constituído por Salvador, Recife e Curitiba, que controla, cada uma, um número bastante aproximado de assalariados externos. Enquanto as duas maiores metrópoles regionais são centros do Sudeste e Sul, no segundo grupo apenas Curitiba, no Sul do País, está localizada no Centro-Sul e as outras duas no Nordeste.

Há um terceiro grupo constituído por Fortaleza, Manaus e Belém que controla cada uma, entre 6 000 e 9 000 assalariados externos. Duas delas estão na região Norte e uma no Nordeste. Finalmente Goiânia, na Região Centro-Oeste, constitui-se a menor delas, com pouco mais de 2 000 assalariados externos.

Deste modo, há, de acordo com o tamanho, uma diferenciação entre as metrópoles do Centro-Sul e as das demais regiões. Esta distinção, contudo, não implica rígidas separações entre as metrópoles das diversas regiões. Mas coloca em evidência que as três metrópoles do Centro-Sul controlam um número de assalariados externos (110 252) que é 1,92 vez maior que o controlado pelas seis outras metrópoles (57 370).

No que se refere aos gêneros industriais controlados constatou-se que as metrópoles regionais comandam atividades que definem o papel que suas respectivas hinterlândias desempenham no âmbito da divisão territorial do trabalho, assim como algumas de suas especializações produtivas. Elas diferenciam-se entre si, cada uma tendendo a apresentar um conjunto distinto de gêneros industriais controlados. Isto ratifica a idéia de que há no Brasil uma expressiva divisão territorial do trabalho e que esta é, ao menos em parte, comandada pelas metrópoles regionais.

Vejamos alguns exemplos. A metrópole mineira sobressai pelo controle de atividades metalúrgicas, especialmente a siderurgia, atividades localizadas sobretudo na denominada Zona Metalúrgica e centros próximos (Ipatinga, João Monlevade, Itaúna, Ouro Branco e Sete Lagoas). Sobressai também pelo controle da indústria têxtil regional localizada, entre outros centros, em Sete Lagoas, Diamantina, Gouvêa, Pará de Minas, Itaúna, Alvinópolis, Barbacena,

Caetanópolis, Inimutaba e Paraopeba, localizados na região central e no oeste de Minas Gerais. Deste modo, Belo Horizonte exerce o papel de comando de importantes atividades regionais, sendo definida, portanto, como centro de gestão do território.

As metrópoles do Sul, Porto Alegre e Curitiba, por sua vez, comandam atividades que são típicas de suas hinterlândias e que vão originar assalariados nos gêneros de produtos alimentares no primeiro caso, e na importante indústria madeireira e de papel e papelão no caso da Capital paranaense. De fato, o Rio Grande do Sul apresenta-se como um importante produtor de alimentos e os Estados do Paraná e de Santa Catarina são tradicionais produtores de bens a partir de suas florestas naturais no passado e plantadas na atualidade.

As demais metrópoles, à exceção de Manaus, têm nas indústrias de produtos alimentares a maior concentração de seus assalariados externos: açúcar, farinhas, massas e biscoitos, óleos vegetais comestíveis e produtos alimentares em conserva. Em segundo lugar controlam especializações produtivas ligadas à fumicultura (Salvador), fiação e tecelagem (Recife), água mineral (Fortaleza), madeira (Belém).

Manaus é um caso à parte. Erigida recentemente em centro industrial, controla atividades vinculadas às indústrias ali implantadas dos gêneros material elétrico e de comunicações e diversos. Mas sobressai como centro de gestão da mineração de cassiterita que se realiza em Pitinga, que concentra a maior parte de seus assalariados externos.

No que diz respeito à atuação espacial todas são eminentemente regionais, tendo seus assalariados externos localizados em suas respectivas hinterlândias. Assim, tanto Belo Horizonte como Porto Alegre e Curitiba, de um lado, e Salvador, Recife, Fortaleza, Belém e Goiânia, de outro, possuem mais de 50% dos seus assalariados externos localizados em Estados dos quais são as capitais político-administrativas. Em Manaus o percentual é de 41,9% e isto se deve ao peso dos assalariados externos localizados na metrópole paulista, com quem a capital amazonense mantém fortes relações econômicas derivadas de sua produção industrial.

## d) Diversificação - Especialização dos Centros

O papel diferenciado que os centros urbanos desempenham como pontos focais da gestão do território traduz-se, entre outros aspectos, por uma maior ou menor diversificação das atividades externamente controladas. Alguns apresentam-se diversificados, enquanto outros são especializados, isto é, controlam uma grande variedade de atividades ou apenas um ou dois tipos de atividades.

A diferenciação em questão deve ser entendida como o resultado da ação distinta daqueles que detêm capital e que investiram em atividades que ganharam escala ou que, por sua natureza intrínseca, foram localizadas fora da cidade que sediava os referidos capitais. Deve ser entendida também como reveladora de uma maior complexidade funcional urbana, como ainda associada à intensidade e natureza das relações entre cidade e região e à história específica do processo de acumulação capitalista em cada cidade.

Como definir diversificação e especialização? Trata-se de dois conceitos que podem ser vistos como apresentando complementaridade entre si. Na linha da diversificação há, num extremo, o mais diversificado e, noutro, o menos diversificado, isto é, especializado. Na linha da especialização o mesmo se aplica: de um lado está o mais especializado e, de outro, o menos, isto é, diversificado. Há, por outro lado, vários procedimentos operacionais capazes de, objetivamente, definirem diversificação e especialização.

### A Definição Operacional

Na definição operacional de diversificação-especialização considera-se um conjunto de procedimentos. Primeiramente foram considerados os 23 gêneros industriais que o Censo Industrial define, conforme especificado na Tabela 3. Com o universo de atividades assim definido constata-se que um centro com atuação a mais diversificada controlaria atividades externamente localizadas situadas em cada um dos 23 gêneros industriais. O número de gêneros através dos quais um dado centro atua, contudo, não pode servir de indicador

para se definir diversificação-especialização, pois um centro pode, por exemplo, atuar através dos 23 gêneros industriais mas em um deles poderia concentrar 78% dos assalariados externos que controla e nos outros 22 apenas 1% em cada um. Evidencia-se assim uma especialização. A partir desta consideração definiu-se que a diversificação-especialização seria obtida com base no número de assalariados externos em cada gênero industrial.

Em segundo lugar considerou-se que se houvesse equidistribuição, isto é, se a atuação de um dado centro se fizesse com a mesma importância em cada um dos 23 gêneros industriais, cada gênero participaria com 4,35% ( $4,35 \times 23 = 100,0$ ) do total de assalariados externos controlados: ter-se-ia, neste caso, o máximo de diversificação. Considerou-se então que todo o gênero que apresentasse percentual igual ou superior a 4,35 seria indicativo de alguma tendência a sua especialização. A situação externa seria aquela em que um único gênero apresentasse valor superior a 4,35%, isto é, 100,0%, definindo-se assim o máximo de especialização. Por outro lado, quanto maior o número de gêneros com percentual igual ou superior ao percentual em pauta, tanto maior seria a sua diversificação: neste caso o máximo possível seria o de 23 gêneros, definidor de máxima diversificação.

A partir de então computou-se para cada centro de gestão identificado anteriormente a distribuição de seus assalariados externos pelos 23 gêneros industriais. Nenhum deles apresentou nove ou mais gêneros com percentual igual ou acima de 4,35. Os valores variaram entre um e oito gêneros, o que é indicativo de uma tendência a uma relativamente pequena diversificação na atuação dos centros brasileiros de gestão. Foram eles então classificados em *diversificados* (cinco a oito gêneros apresentando 4,35% ou mais), *pouco diversificados* (três ou quatro gêneros) e *especializados* (um ou dois gêneros).

O Quadro 2 nomeia cada um dos centros de cada uma das três classes definidas, indicando ainda como todos apresentam uma atuação espacial bastante concentrada (muito concentrada com 75,1% e mais de seus assalariados externos em uma única unidade da federação e concentrada com 30 a 75% em um único Estado).

QUADRO 2

**TIPOLOGIA DOS CENTROS DE GESTÃO DO TERRITÓRIO, POR DIVERSIFICAÇÃO-ESPECIALIZAÇÃO INDUSTRIAL, SEGUNDO A CONCENTRAÇÃO ESPACIAL - 1985**

CONCENTRAÇÃO ESPACIAL	DIVERSIFICADOS	POUCO DIVERSIFICADOS	ESPECIALIZADOS
MUITO CONCENTRADA	Salvador Belo Horizonte São Bernardo do Campo Barueri Vitória Belém Contagem Diadema Sumaré João Pessoa	São Caetano do Sul Santo André São José do Campos Camaçari Petrópolis Poços de Caldas São Leopoldo Matão Piracicaba São João de Meriti Pelotas Campos Montenegro Itaúna	Sapiranga Sabará Criciúma Campo Bom Gaspar Lençóis Paulista Nova Hamburgo Jaraguá do Sul Americana Lajeado Pojuca Botucatu Teotônia Petrolina Salto Maceió
CONCENTRADA	São Paulo Rio de Janeiro Porto Alegre Guarulhos Campinas Fortaleza Osasco Jundiaí Recife Curitiba Joinville Bento Gonçalves	Sorocaba Blumenau Caxias do Sul Aracaju Natal Montes Claros Feira de Santana São José dos Pinhais Santos Caçador Lages Niterói União da Vitória Manaus Brasília Simões Filho Goiânia	Videira Ponta Grossa Rio Grande Volta Redonda Campo Largo Ribeirão Preto Chapecó Pratápolis

FONTE - IBGE, Censo Industrial, 1985.

## Os Resultados

Foram identificados 22 centros diversificados, 31 pouco diversificados e 24 especializados. Vejamos cada um destes tipos de centros e, a seguir, as relações entre tamanho e diversificação.

Os centros diversificados caracterizam-se, em sua maioria, por controlarem atividades externamente localizadas que são sobretudo dos gêneros produtos alimentares (18 em 22 dos centros diversificados), mecânica (17 em 22) e metalúrgica (14 em 22). Estes são os gêneros que constituem o tripé da ação dos centros de gestão, gêneros que revelam a importância de:

- do grande número de unidades fabris vinculadas à produção de alimentos e sob o controle de grandes empresas dos setores de óleos vegetais comestíveis, farinhas, massas e biscoitos, e laticínios em geral: a SANBRA, Nestlé e as diversas empresas e cooperativas centrais de leite e laticínios são exemplos;
- do número expressivo de fábricas ligadas ao setor da indústria mecânica, aí incluídas as seções de manutenção em unidades de outros gêneros;
- do grande número de empregados que trabalham nas enormes unidades fabris da metalurgia, sobretudo da indústria siderúrgica. Os assalariados externos

da Companhia Siderúrgica Nacional, sediada no Rio de Janeiro, da Companhia Siderúrgica Paulista, sediada na metrópole paulista e da USIMINAS, sediada na capital mineira, são exemplos dos mais conhecidos.

Os gêneros acima indicados representam, por outro lado, a associação locacional, nos mesmos centros de gestão, das sedes sociais das indústrias que usualmente são classificadas como "tradicionais", no caso a indústria de produtos alimentares e "modernas", como a mecânica e a metalúrgica.

Em segundo lugar sobressaem, entre as atividades externamente controladas pelos centros diversificados, os gêneros química (dez em 22 centros) e, com 8-9 em 22 centros, têxtil, produtos minerais não-metálicos, material de transporte e madeira. Este conjunto inclui unidades fabris de gêneros que podem ser classificados como pertencentes ao setor "tradicional" ou ao setor "moderno". Unidades fabris produzindo derivados de petróleo, tintas, vernizes, fertilizantes, tecidos a partir de diversas matérias-primas, cimento e cerâmicas, veículos automotores e navios e madeira trabalhada, indicam um complexo processo de industrialização que gerou o extravasamento, a criação ou a absorção de unidades fabris localizadas fora dos centros de gestão, distantes das respectivas sedes sociais.

No total os centros diversificados controlam unidades fabris situadas em quase todos os gêneros industriais. Os gêneros material elétrico e de comunicação, produtos de matérias plásticas e extração mineral, importantes entre cinco e seis dos 22 centros diversificados, atestam a complexidade da industrialização e dos centros de gestão da atividade industrial.

A análise da distribuição espacial dos centros diversificados, por outro lado, indica que 13 dos 22 localizam-se na Região Sudeste, enquanto quatro estão na Região Sul, quatro no Nordeste e um na Região Norte. Isto ratifica a Região Sudeste como a mais importante do País e estabelece uma correlação entre número de centros, seu tamanho e a diversificação das atividades externamente controladas.

Dos nove centros diversificados localizados fora da Região Sudeste seis são metrópoles regionais, Belém, Fortaleza, Recife, Salvador, Curitiba e Porto Alegre, estabelecendo-se uma associação entre função metropolitana e gestão de atividades diversificadas. Apenas três são os centros não-metropolitanos, Joinville, Bento Gonçalves e João Pessoa.

Dos 13 centros diversificados localizados na Região Sudeste encontram-se as duas metrópoles nacionais, São Paulo e Rio de Janeiro, uma metrópole regional, Belo Horizonte, e dez outros centros não-metropolitanos. A associação entre diversificação e função metropolitana é assim amplamente ratificada. Entre os centros não-metropolitanos seis são subúrbios de São Paulo (São Bernardo do Campo, Barueri, Diadema, Guarulhos e Osasco) ou de Belo Horizonte (Contagem). Neste grupo estão Jundiaí, próximo à metrópole paulista, Campinas, também dentro da isócrona de uma hora, e seu subúrbio de Sumaré. O outro centro diversificado não-metropolitano é Vitória, uma capital estadual de grande porte.

A identificação desses grupos revela o fato de que é em torno de São Paulo (a metrópole, seus subúrbios e núcleos próximos) que não apenas se concentram os principais centros de gestão definidos pelo tamanho, mas que estes centros são também diversificados. E mais, os mencionados subúrbios não atuam conforme um padrão especializado ou pouco diversificado: a criação de atividades ou a descentralização de sedes sociais a partir da metrópole paulistana se deu diversificadamente.

Os centros pouco diversificados são os mais numerosos, perfazendo um total de 31. Caracterizam-se por controlarem entre três e quatro atividades externamente localizadas. No conjunto estas atividades são também variadas, mas o peso relativo das mais importantes é diferente daquelas controladas pelos centros diversificados.

As indústrias dos gêneros produtos alimentares (14 em 31 centros), mecânica e têxtil, ocorrendo cada uma em 11 dos 31 centros, são as mais importantes entre aquelas controladas pelos centros pouco diversificados. Ressaltem-se os seguintes pontos:

- as indústrias alimentares e mecânicas representam relativamente menos que nos centros diversificados, onde ocorrem, respectivamente, em 18 e 17 dos 22 centros;
- as indústrias do gênero metalúrgica são pouco importantes, ocorrendo em apenas sete dos 31 centros de gestão, enquanto nos centros diversificados ocorrem em 14 dos 22 centros; e
- a indústria têxtil se faz mais presente entre as atividades controladas pelos centros pouco diversificados do que entre os diversificados, onde ocorrem em nove dos 22 centros.

A indústria química está presente em 10 dos 31 centros de gestão. A indústria de transformação de produtos não-metálicos, por sua vez, ocorre em oito centros, enquanto as de vestuário, calçados e artefatos de tecido, metalúrgica, de extração de minerais e de madeira ocorrem em sete centros.

Ressalte-se o fato das indústrias de vestuário e calçados apresentarem uma importância relativa significativa, pois estão presentes em sete centros (Blumenau, Caxias do Sul, São Leopoldo, Caçador, Matão, Aracaju e Natal) que não só possuem tais indústrias, como controlam filiais localizadas em outros centros. A importância destas atividades entre as demais que alguns centros desse grupo controlam sugere já a importância que este gênero apresenta entre os centros especializados. Constate-se, corroborando a afirmativa, que entre os centros diversificados o gênero em pauta está presente em apenas dois centros.

Os centros pouco diversificados localizam-se sobretudo na Região Sudeste onde estão 14 dos 31 centros. A Região Sul concentra nove centros, o Nordeste cinco, a Região Centro-Oeste dois e a Região Norte apenas um único. A importância relativa da Região Sul é, assim, maior, pois concentrava, no caso dos centros diversificados, apenas quatro.

Na Região Sudeste os centros deste grupo são subúrbios metropolitanos, São Caetano do Sul e Santo André em São Paulo e Niterói e São João de Meriti na região metropolitana carioca. Segue-se um conjunto de centros nas proximidades das duas grandes metrópoles, São José dos Campos, Piracicaba, Sorocaba e Santos em

relação à metrópole paulista e Petrópolis em relação ao Rio de Janeiro. Ratifica-se assim o papel da *core area* urbano-industrial do País, neste caso aí incluindo-se o núcleo metropolitano carioca e suas proximidades. Os outros cinco estão localizados nas hinterlândias das metrópoles do Sudeste: Matão, Poços de Caldas, Campos, Itaúna e Montes Claros.

Na Região Sul, ao contrário, a proximidade das duas metrópoles não exerce a mesma importância: aí estão apenas São Leopoldo e São José dos Pinhais. Os demais distribuem-se pelo interior das três unidades que compõem a Região Sul, entre eles sobressaindo Blumenau e Caxias do Sul.

Na Região Nordeste enquadram-se entre os centros pouco diversificados duas capitais, Natal e Aracaju, uma capital regional, Feira de Santana, e dois subúrbios de Salvador, Camaçari e Simões Filho. Apenas duas metrópoles, ambas elevadas recentemente a esta categoria, compõem o elenco deste grupo: Manaus e Goiânia. Pode-se juntar Brasília a elas. As três mencionadas cidades são as três que, neste grupo, estão nas Regiões Centro-Oeste e Norte.

Enfatize-se o fato de que os centros pouco diversificados, ainda que mais numerosos, distribuem-se em parte nas proximidades das metrópoles ou nelas próprias, ou ainda nas hinterlândias metropolitanas das Regiões Sul e Sudeste.

Os centros especializados são em número de 24. Controlando apenas uma ou duas atividades industriais externamente localizadas, atuam através de 12 gêneros industriais, menos que os centros diversificados e pouco diversificados que atuam respectivamente através de 20 e 18 gêneros.

A atividade industrial mais importante é aquela vinculada aos produtos alimentares (nove em 24 centros), seguindo-se as indústrias de vestuário, calçados e artefatos de tecido, cujo controle se verifica em sete dos 24 centros. As indústrias alimentares controladas incluem frigoríficos, usinas de açúcar e alimentos em conservas sediados em Chapecó, Videira, Rio Grande, Ribeirão Preto e Lençóis Paulista, entre outros, enquanto a indústria de vestuário, calçados e artefatos de tecido, nos subúrbios portalegrenses de Campo Bom, Novo Hamburgo e Sapiranga e em cidades como Jaraguá do Sul, Lajeado e Botucatu.



Segue-se um conjunto de atividades industriais externamente controladas em quatro dos 24 centros (madeira, transformação de produtos minerais não-metálicos e química) e em três dos referidos centros (couros, peles e artefatos, metalúrgica, mecânica e têxtil).

Diferentemente dos centros diversificados e pouco diversificados, os centros especializados ocorrem principalmente na Região Sul: aí estão 13 dos 24 centros especializados. A Região Sudeste possui oito centros e o Nordeste apenas três.

A área em torno de Porto Alegre aparece concentrando quatro dos 13 centros sulinos: Campo Bom, Novo Hamburgo, Sapiranga e Teutônia, enquanto os demais distribuem-se especialmente pelo território de Santa Catarina (Criciúma, Gaspar, Jaraguá do Sul, Videira e Chapecó). Na primeira localiza-se importante área produtora de calçados, geradora de centros de gestão especializados.

Na Região Sudeste sobressaem os centros localizados no território paulista, que se distribuem tanto pela região urbano-industrial (Americana e Salto), como no Planalto Ocidental. Finalmente, na Região Nordeste merece menção a cidade de Maceió, que controla usinas de açúcar localizadas na Zona da Mata e nos tabuleiros alagoanos.

Os centros de gestão do território apresentam, por outro lado, tamanhos distintos,

conforme já se analisou. Diferenciam-se também no que se refere à diversificação-especialização das atividades externamente controladas. Qual a relação entre ambas as características? Esta questão é justificada pelo fato de se aceitar a tese da existência de uma relação entre tamanho e diversificação, isto é, quanto maior o tamanho de uma cidade, maior a sua complexidade, definida, entre outros aspectos, pela diversificação de suas atividades, incluindo-se aquelas controladas à distância.

A hipótese admitida é a de que quanto maior o tamanho do centro de gestão do território, medido pelo número de assalariados externos, tanto maior é a sua diversificação, medida pelo número de gêneros industriais que apresentam assalariados externos com percentual igual ou superior a 4,35, conforme explicitado anteriormente.

A Tabela 5 resume a relação indicada. Nela o tamanho dos centros foi reagrupado em cinco classes, muito pequenos, pequenos, médios, grandes e muito grandes, esta última classe apresentando enorme amplitude, pois inclui valores que variam de 25 000 a cerca de 500 000. Na definição da diversificação-especialização, por sua vez, mantiveram-se os três tipos anteriormente definidos: diversificados, pouco diversificados e especializados.

TABELA 5

**RELAÇÃO ENTRE TAMANHO E DIVERSIFICAÇÃO-ESPECIALIZAÇÃO DOS CENTROS DE GESTÃO DO TERRITÓRIO - 1985**

TAMANHO (assalariados externos)	NÚMERO DE CENTROS DE GESTÃO DO TERRITÓRIO			
	Total	Diversificados	Pouco diversificados	Especializados
<b>Total</b>	<b>77</b>	<b>22</b>	<b>31</b>	<b>24</b>
Muito pequenos 1 000 a 1 999	28	4	12	12
Pequenos 2 000 a 4 999	21	3	10	8
Médio 5 000 a 9 999	16	6	8	2
Grandes 10 000 a 24 999	8	5	1	2
Muito grandes 25 000 e mais	4	4	-	-

A hipótese é em grande parte comprovada. Assim, dos 12 centros classificados como grandes e muito grandes, nove são diversificados. O inverso, contudo, é menos verdadeiro, pois dos 22 centros diversificados apenas nove são grandes e muito grandes.

A análise mais acurada da tabela em questão revela que dos nove centros classificados como grandes ou muito grandes e, simultaneamente, como diversificados, sete cumprem funções metropolitanas. De fato, aí se incluem as duas metrópoles nacionais de São Paulo e Rio de Janeiro e as metrópoles regionais de Belo Horizonte, Porto Alegre, Salvador, Recife e Curitiba. Funções metropolitanas e importante papel como centro de gestão do território, medido pelo tamanho e diversificação, são correlatos. Os outros dois centros, São Bernardo do Campo e Barueri, são núcleos que integram a Região Metropolitana de São Paulo, ratificando assim o que foi descrito.

No outro extremo estão os centros classificados como muito pequenos ou pequenos e que são pouco diversificados e especializados em sua grande maioria: dos 49 centros apenas sete são diversificados. Os centros de tamanho médio, por outro lado, num total de 16, são predominantemente pouco diversificados ou diversificados: apenas dois são especializados.

Quando se lê a tabela ao longo das colunas constata-se que a hipótese tem a sua validade bastante ratificada. Os centros especializados são, em sua maioria, 20 em 24, pequenos ou muito pequenos. Já nos centros pouco diversificados a vinculação às pequenas dimensões de tamanho é menos nítida, mas ainda prevalece.

Pode-se resumir os resultados advindos de análise da Tabela 5 do seguinte modo:

- os centros grandes ou muito grandes tendem a ser diversificados;
- os centros muito pequenos ou pequenos raramente são diversificados;
- os centros médios raramente são especializados; e
- das relações entre tamanho e diversificação-especialização emergem algumas situações que fogem aos padrões típicos explicitados.

A análise das relações entre tamanho e diversificação-especialização coloca em evidência duas tendências dos centros de gestão do território: a primeira relacionada ao fato de que os maiores e diversificados centros constituem centros metropolitanos, ratificando assim aquilo que a literatura tem evidenciado; a segunda relaciona-se à existência de pequenos centros de gestão localizados nas Macrorregiões Sudeste e Sul, sobretudo, que se caracterizam pela especialização, controlando assalariados externos que trabalham em unidades fabris de um ou dois gêneros industriais.

## e) Sumário dos Resultados

A análise realizada colocou em evidência alguns resultados que são, a seguir, sumariados:

a) Os principais centros de gestão do território localizam-se na Região Sudeste, onde estão São Paulo, Rio de Janeiro e um conjunto de centros suburbanos como São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul, Barueri, Osasco e Santo André e cidades como Campinas, Sorocaba, São José dos Campos, Jundiaí e Santos. Esta concentração em torno da metrópole paulistana permite-nos pensar em uma *metrópole ampliada*.

b) A primazia de São Paulo acentuou-se: a metrópole carioca tem a sua importância como centro de gestão do território bastante diminuída.

c) A segunda mais importante região é o Sul, que se distingue pela presença de numerosos pequenos e médios centros de gestão do território; tais centros, por sua vez, não são numerosos no Nordeste que se caracteriza pela importância das metrópoles regionais, importância que se torna maior nas Regiões Norte e Centro-Oeste.

d) Há diferenças e semelhanças entre as metrópoles regionais vistas enquanto centros de gestão do território: apenas em parte pode-se distinguir as metrópoles do Centro-Sul daquelas do Nordeste, Norte e Centro-Oeste.

e) Os centros diversificados estão sobretudo na Região Sudeste, enquanto os centros especializados estão principalmente na Região Sul, associando-se às indústrias alimentares e de vestuário, calçados e artefatos de tecido. Por outro lado constatou-se que, quanto maior o centro, maior é a sua diversificação.

## À GUIA DE CONCLUSÃO: QUESTIONAMENTOS

Ao final deste trabalho pretende-se, à guisa de conclusão, apresentar alguns questionamentos sobre a temática dos centros de gestão do território no Brasil, em relação à qual este estudo, eminentemente descritivo, pretendeu dar uma contribuição.

Há, naturalmente, vários questionamentos possíveis: indicaremos alguns deles, organizados em dois grandes blocos:

a) Como se dá, ao nível dos municípios, a atuação espacial dos centros de gestão do território?

Assim, no que se refere às metrópoles regionais, a atuação delas se faz indiferentemente por toda a hinterlândia metropolitana que é o seu típico espaço de atuação, ou privilegia setores regionais ou pontos descontínuos de sua hinterlândia?

A mesma questão pode ser colocada para as metrópoles paulista e carioca no que diz respeito às suas hinterlândias regionais.

Em face dos centros não-metropolitanos a atuação deles é espacialmente limitada ou abarca ampla área? É ela marcada por continuidades espaciais ou não? Há diferenças em termos de atuação espacial entre os centros diversificados, pouco diversificados e especializados?

b) Como surgiram e evoluíram os diversos centros de gestão do território?

Este questionamento diz respeito à gênese e à dinâmica de empreendimentos no setor industrial que atingiram um determinado patamar que os levou a implantar unidades filiais em outros municípios, transformando as respectivas cidades onde estão as sedes das empresas em centros de gestão do território.

Qual foi a origem do capital desses empreendimentos industriais? Como se expandiu? Como o espaço de atuação foi conquistado e estruturado? Qual a rede de centros subordinados que cada centro de gestão do território controla?

Em face deste segundo questionamento sugere-se que, de um lado, sejam selecionados alguns centros para estudos de casos. Na seleção devem ser consideradas as seguintes variáveis: região de localização do centro, tamanho do centro, medido pelo número de assalariados externos, diversificação-especialização e natureza das atividades controladas. De outro, sugere-se a seleção de algumas empresas ou corporações para estudos de casos. Na seleção delas devem ser consideradas a localização da sede, a sua dimensão, medida em termos de assalariados externos controlados, a natureza das atividades que controla e a rede de centros sobre os quais atua.

## BIBLIOGRAFIA

BORCHERT, J. R. Major control points in american economic geography. *Annals of the Association of American Geographers*, v. 6, n. 2, p. 214-232, 1978.

CLASSIFICAÇÃO de atividades e produtos, matérias-primas e serviços industriais: indústria extrativa mineral e de transformação. Rio de Janeiro: IBGE, 1 v. (várias paginações), 1988. (Textos para discussão, n. 6).

CORDEIRO, H. K. Os principais pontos de controle da economia transacional no espaço brasileiro. *Boletim de Geografia Teórica*, Rio Claro, v. 16/17, n. 31/34, p. 153-196, 1987.

CORRÊA, R. L. Contribuição ao estudo do papel dirigente das metrópoles brasileiras. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, v. 30, n. 2, p. 56-57, abr./jun. 1968.

\_\_\_\_\_. (Coord.). *Regiões de influência das cidades*. Rio de Janeiro: IBGE, 1987. 183 p.

\_\_\_\_\_. Corporação e organização espacial: um estudo de caso. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, v. 53, n. 3, p. 33-66, jul./set. 1991.

- CORRÊA, R. L. Corporação, práticas espaciais e gestão do território. In: WORKSHOP DE GEOCIÊNCIAS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO, 1., 1992, Rio de Janeiro. *Anais ...* Rio de Janeiro, 1992. p. 35-41.
- GOODWIN, W. The management centers in the United States. *Geographical Review*, v. 55, n. 1, p. 1-16, 1965.
- LIMA, O. M. B., CORRÊA R. L. Sistema urbano. In: *GEOGRAFIA do Brasil*. Rio de Janeiro, 1977. v. 3: Região Sudeste, p. 569-661.
- PALLOIX, C. La. *Internacionalización del capital*. Madrid: H. Blume Ediciones, 1978. 242 p.
- PRED, A. R. *Major Job: providing organizations and systems of cities*. [S.l.]: Association of American Geographers, 1974. 69 p. (Resource paper 27, Commission on College Geography).
- ROCHFORT, M., HAUTREUX, J. *La fonction regionale dans l'armature urbaine française*. Paris: Ministère de la Construction et de l'Équipement, 1963. Mimeogr.
- STRICKLAND, D., AIKEN, M. Corporate influence and the german urban system: headquarters location of german Industrial corporations, 1950/1982. *Economic Geography*, v. 60, n. 1, p. 38-54, 1984.

## RESUMO

O presente estudo procura identificar os centros de gestão do território no Brasil a partir do número de assalariados externos industriais controlados. A base de dados é o Censo Industrial de 1985. Foram identificados 77 centros de gestão do território, todos com mais de 1 000 assalariados externos controlados. Localizam-se sobretudo nas Regiões Sudeste e Sul. A metrópole paulista aparece em primeiro lugar, seguida do Rio de Janeiro.

## ABSTRACT

This study aims to identify Brazilian management centers considering the external industrial workers. 1985 Industrial Census provides the basic informations. It was identified 77 centers with 1 000 or more external industrial workers controlled. They are located specially in Southeast and South regions. São Paulo is the largest management center and Rio de Janeiro the second one.